

# CÂMARA APRESSA

## votação do pacote da saúde

DF -

**UM DIA DEPOIS DO APELO FEITO PELA GOVERNADORA EM EXERCÍCIO PARA QUE DEPUTADOS AGILIZEM APROVAÇÃO DO PLANO EMERGENCIAL DE SAÚDE, CCJ DÁ PARECER FAVORÁVEL À MEDIDA**

Ângela Oliveira

**D**epois da visita que a governadora em exercício, Maria de Lourdes Abadia, fez à Câmara Legislativa na terça-feira, para pedir urgência na votação do projeto que trata do Plano Emergencial de Saúde, encaminhado pelo Executivo há duas semanas, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) não perdeu tempo: aprovou ontem o parecer sobre a matéria. O plano, que tem como objetivo melhorar o atendimento na rede pública de saúde em todo o DF, propõe a criação de um novo modelo de gestão das atividades administrativas nos hospitais, centros e postos de saúde.

Logo após a passagem de Abadia pela Câmara, o projeto foi lido no plenário, na tarde da própria terça-feira. Em seguida, o parecer sobre a matéria começou a ser preparado pela CCJ. O deputado Júnior Brunelli (PPB), presidente da Comissão, avocou para si a relatoria, dando parecer favorável ao projeto, que foi aprovado numa sessão extraordinária, ontem.

A principal medida prevista pelo projeto é a criação do cargo de diretor-administrativo para cuidar dos problemas corriqueiros das unidades de saúde. A idéia é desvincular o papel do profissional de medicina das atividades mais técnicas. O especialista de saúde irá se preocupar apenas com os assuntos médicos, científicos, enquanto que o diretor-adminis-



**Comissão de Constituição e Justiça: sessão extraordinária para facilitar a tramitação do pacote**

trativo se dedicará aos problemas relacionados com a administração e manutenção do sistema, como, por exemplo, falta de remédios, funcionamento da lavanderia ou quebra do ar condicionado, ressaltou a governadora.

Ainda de acordo com o projeto, os médicos da rede pública de saúde irão receber pela produtividade. O percentual pre-

visto sobre cada procedimento médico é de 25%. Os profissionais que prestam atendimento em regime de internação domiciliar também receberão a gratificação, que nesse caso, será sobre o salário base, e não sobre a produtividade.

O presidente da Câmara, Benício Tavares (PTB), disse, quando se encontrou com a governadora, que não dava

para definir um prazo para a apreciação do projeto, e que tudo dependeria do entendimento entre os partidos. "Estamos numa casa política, por isso vamos ampliar o leque de reuniões, conversando, inclusive com a oposição, para agilizar a tramitação", ressaltou.

A aprovação do projeto implicará nas criação de cerca de 200 cargos na área de saúde.

Com isso, os gastos no setor deverão ser elevados em aproximadamente R\$ 15 milhões, em 2003. Para a implantação das medidas, serão criados 19 cargos em comissão de diretor-administrativo, 65 de diretor de centro de saúde e outros 65 de gerentes. O projeto prevê, ainda, mais 50 cargos em comissão de encarregado de posto de saúde.